

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que o Centro de Bem-Estar Social de Queluz está a impedir as famílias de falarem com utentes seus familiares.

De acordo com informação transmitida ao Grupo Parlamentar do PCP, nesta mesma instituição, na passada sexta-feira, foram identificados 9 casos positivos de COVID-19 – 6 funcionários e 3 utentes, sendo que tendo sido testados todos os funcionários, os restantes 65 utentes ainda não foram testados.

No seguimento desta situação, a Direção do Centro de Bem-Estar Social de Queluz suspendeu as visitas (conforme referido no seu sítio eletrónico), mas impediu também todos os contactos telefónicos ou de videochamada.

Em 11 de Maio de 2020 a Direção Geral de Saúde publicou uma informação definindo os requisitos “*para que sejam retomadas as visitas a Estruturas Residenciais para Idosos e Unidades de Cuidados Continuados Integrados*” (conforme se pode ler no sítio eletrónico da Direção Geral de Saúde). Esta informação, n.º 11/2020, atualizada a 18 de Maio, define um conjunto de aspetos (num total de 20) para que sejam retomadas as visitas a Estruturas Residenciais para Idosos, Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Estabelecimentos de Apoio Social para Crianças, Jovens, Pessoas Idosas ou Pessoas com Deficiência – aspetos gerais, aspetos relacionados com as responsabilidades das instituições e aspetos relacionados com os visitantes durante o tempo da visita.

No final deste documento é estipulado o seguinte: “*Sem prejuízo do disposto nos pontos anteriores, as ERPI, UCCI da RNCCI e demais estabelecimentos de apoio social devem incentivar e garantir os meios para que os utentes possam comunicar com os familiares e amigos através de vídeo chamada ou telefone.*”

Além de nos parecer claro que esta instituição não está a cumprir com o referido no parágrafo

anterior, importa clarificar que as famílias não estavam a pedir visitas, só querem falar com os seus familiares que são utentes desta instituição – um telefonema, uma videochamada, para que, quem está institucionalizado e, no caso, diagnosticado com infeção por COVID-19 saiba e sinta que não está sozinho e que a família não o esqueceu. Como foi transmitido ao Grupo Parlamentar do PCP *“pode vir a dar-se o caso do meu pai morrer sem voltar a ouvir as nossas vozes, ou a ver as nossas caras, sequer por videochamada ou telefone”*.

O isolamento não está isento de consequências sociais, emocionais e psicológicas para os idosos. A recusa de uma chamada telefónica ou videochamada entre os utentes infetados e as suas famílias é inaceitável, cruel e desumana, um atentado a direitos humanos fundamentais. Falamos de pessoas em situação de grande fragilidade de saúde e muitas vezes emocional, cujo contacto com as famílias é crucial para o seu equilíbrio emocional e afetivo.

O PCP defende que a garantia dos direitos sociais, incluindo a existência de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, é uma responsabilidade primeira do Estado, que sucessivos governos têm transferido para instituições particulares de solidariedade social.

O PCP continuará a intervir por uma Rede Pública de equipamentos e serviços de apoio social que aprofunde os direitos dos utentes e a qualidade das respostas sociais nas diversas valências, que valorize os profissionais que trabalham no sector social.

Ao mesmo tempo não deixaremos de intervir e denunciar situações concretas que nos são comunicadas, como a que se encontra aqui relatada e cuja resolução é urgente.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação de negação de contacto com familiares, vivida por utentes do Centro de Bem-Estar Social de Queluz?
2. Tem o Governo conhecimento de situações semelhantes que possam estar a ocorrer em outras instituições?
3. Que medidas vai o Governo tomar, com urgência, para garantir que os familiares destes utentes os podem contactar telefonicamente ou por videochamada?

Palácio de São Bento, 26 de maio de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)